

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Armando Parreira • 150\$ • Ano X • Julho/Ago-Setembro 2001 • Nº 47



Determinados
na conquista
dos direitos de
cidadania a que
os cidadãos
em uniforme
têm direito!

FIRMEZA E DIGNIDADE

EM 20 DE OUTUBRO, OEIRAS

**Encontro
Nacional de
Delegados**

Pág. 4

ANS

**RECEBIDA
EM AUDIÊNCIAS
PELO MDN
E CEMGFA**

Págs. 2 e 3

**Capacidade
eleitoral passiva
dos militares**

Pág. 3

**A questão dos
vencimentos**

Pág. 4

**Retrocesso
funcional**

Pág. 5

Ousar vencer

Pág. 6/7

**Um sonho
pouco azul**

Pág. 8

Render da guarda

Pág. 9

**Eleições para
os órgãos sociais
da ANS**

Pág. 9

Ponto de vista

Pág. 10

**Alterado
o Art. 31.º
da LDNFA**

Pág. 12

**Orçamento
do Estado/2002**

Pág. 12

EDITORIAL

E o Pessoal!?

Retemperadas, tanto quanto possível, as forças, cá estamos todos! E cá estamos para prosseguir a rota que nos conduza à dignidade e dignificação como pessoas e como sargentos.

Continuamos a ler declarações que nada adiantam de concreto. Racionalizar, dizem. Claro! Reestruturar, dizem. Claro! Há 25 anos que outra coisa não é dita. Mas racionalizar como? E o quê? Reestruturar o quê e como? E vão fazê-lo connosco, numa base séria de diálogo, ou de costas voltadas para nós?

Lemos notícias. Lemos mensagens. Lemos artigos. Lemos análises.

Sobre as questões de pessoal, zero. Falam em vendas e fusões. Falam em extinções. Falam em conceitos de defesa uns, de segurança outros, de ambos outros ainda. Do Pessoal (com Pê grande) zero. Falam de armas assim e armas assado. De submarinos cozido. Helicópteros frito. Do Pessoal, zero.

E ao colocarmos as coisas deste modo não nos é indiferente tudo o resto. Mas se outros não falam do Pessoal, então falamos nós. Porque podem dar as voltas e as cambalhotas que quiserem, as questões do Pessoal é a questão central. Os pragmáticos da tecnologia, das Net's, dos satélites, etc., tiveram com os tristes acontecimentos ocorridos nos EUA a prova disso.

Falam em venda e fecho de Quartéis. Mas não dizem como fazem se amanhã as FA's tiverem de crescer por mobilização. Olham para o umbigo hoje. Não têm visão estratégica. Mexem-se só em torno do conjuntural. São uns autênticos ases na pose televisiva. Mas não respondem às questões de fundo.

As questões de Pessoal são uma questão estratégica. Bush promove a "justiça infinita", guerra que, a acontecer, será finita para muitos. Cá há a demagogia infinita...

Por isso, muito vai ser exigido a todos nós. Por isso, também é fundamental mantermos e reforçarmos a nossa unidade e coesão contra os que tudo farão para nos dividir e desmobilizar.

Hoje, como ontem e como sempre, saberemos honrar a classe. ●

APELO

É frequente, quando ocorre mudança de morada, esquecermo-nos de informar a ANS para efeitos de envio do nosso jornal, continuando este a seguir para a morada antiga, com evidentes prejuízos. Assim:

✉ informa a secretaria da ANS da nova morada.

Não podemos esquecer, também, a componente financeira para a qual podes contribuir actualizando o pagamento das quotas em atraso (os valores actuais são: 3.000\$00 - semestral; 6.000\$00 - anual). Dadas as dificuldades na cobrança directa, facilita o pagamento através de conta bancária (solicita ao Delegado da ANS o impresso para declaração de desconto bancário).

Contacta-nos!

O número de fax é: 21 815 49 58, e o do telefone: 21 815 49 66. ●

A quem pedir responsabilidades? PROBLEMAS AGRAVAM-SE...

A ANS lamenta o facto de, apesar de todas diligências encetadas e das grandes manifestações de indignação levadas a cabo pelos Sargentos, Praças e Militarizados nos meses de Março, Abril, Maio e Junho, os problemas com que os militares se debatem permanecerem sem qualquer perspectiva de resolução.

Apesar dos repetidos pedidos de audiência a S. Exa. o Primeiro Ministro não terem obtido resultado positivo, e de S. Exa. nos ter remetido para o ministro da tutela, a ANS continua a considerar que os problemas, criados durante os Governos presididos pelo Eng. António Guterres, só podem ter resolução com vontade política e disponibilização de meios.

A indignação pela ausência persistente de medidas não só se mantém como aumenta a cada fim de mês. Só o grande apego à Instituição Militar, o brio profissional e a acção contida e sensata das associações de militares têm evitado que a indignação

extravase o limiar do razoável. Mas são princípios e mecanismos que se esgotam à medida que persistentemente e sem justificação razoáveis os problemas se agravam sem resolução.

Não pode S. Exa. o Primeiro Ministro escusar-se de resolver ou de disponibilizar os meios de resolução por os militares estarem diminuídos no seu poder reivindicativo devido à condição militar e à restrição aos direitos de cidadania a que estão obrigados.

A condição militar e as restrições aos direitos de cidadania são dispositivos destinados a salvaguardar bens constitucionalmente protegidos, como a operacionalidade e a isenção das Forças Armadas e não podem repetidamente desfavorecer e discriminar os cidadãos militares.

Os que se servem daqueles mecanismos constitucionais para discriminarem e, assim, humilharem os cidadãos militares e as suas famílias são responsáveis por todos os actos que cidadãos diminuídos nos direitos de

cidadania possam cometer ao manifestar a sua profunda indignação.

Quem se serve daqueles mecanismos constitucionais para se eximir a resolver os problemas dos cidadãos militares assumem a responsabilidade de desvirtuarem esses mesmos mecanismos constitucionais. A aceitação cívica e responsável da diminuição de direitos pressupõe que da outra parte há uma atitude responsável e de grande elevação e não, como se assiste, discriminatória e humilhante.

A ANS chama a atenção que persistir neste rumo sem se resolver qualquer dos problemas apresentados pode, a curto prazo, criar atitudes descoordenadas e extemporâneas.

A ANS apela à disciplina e à serenidade, mas também à mobilização, à unidade e à disponibilidade para as acções que permitam resolver os problemas repetidamente expostos. ●

ANS recebida em audiência pelo MDN Abordadas questões centrais

ANS foi recebida em audiência pelo Ministro da Defesa Nacional (MDN), dr. Rui Pena, a 22 de Agosto, para a protocolar apresentação de cumprimentos.

A delegação da ANS proveitou a oportunidade para reiterar a vontade e disponibilidade da Associação na procura de soluções consensuais para o vasto leque de problemas que há longo tempo vêm afectando a Instituição Militar e os Sargentos em particular. Dos vários temas abordados na reunião realçamos:

■ **LINHA VERDE** – Esta proposta (contacto imediato das famílias dos militares que prestam serviço em missões com ausência prolongada do meio familiar, nomeadamente em caso de acidente), já apresentada pela ANS em 1998, continua a aguardar implementação, apesar das várias opiniões favoráveis já existentes, ficando agora a promessa que o Ministério iria implementá-la de imediato.

■ **JUSTIÇA MILITAR** – O MDN está aberto ao envolvimento das Associações Profissionais dos Militares nesta matéria. Transmitimos o nosso desejo de que esta matéria seja alvo de um amplo debate público que envolva os parceiros mais habilitados: Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, Associação Sindical dos Juizes Portugueses, Ordem dos Advogados, a comunidade académica e, obviamente, os próprios militares.

■ **ARTIGO 31º DA LEI DE DEFESA NACIONAL E DAS FORÇAS ARMADAS** – A delegação da ANS fez sentir a preocupação pelo atraso na promulgação do diploma e a

disponibilidade para participar na regulamentação complementar requerida pelo diploma aprovado recentemente na Assembleia da República (AR). A preocupação foi partilhada pelo MDN.

■ **CARREIRAS/EMFAR** (Estatuto dos Militares das Forças Armadas) – Foi entregue a proposta da ANS enviada à AR para alteração do EMFAR. A delegação salientou a inexistência de fluxo de carreira, dando o exemplo de camaradas nossos que permanecem 20 e mais anos no posto de primeiro-sargento, bem como de outros que com pouca idade atingiram a última promoção das suas vidas neste posto. Apêlamos para que as nossas propostas fossem alvo de uma iniciativa legislativa extraordinária do MDN.

■ **DISTORÇÕES NO SISTEMA RETRIBUTIVO** – A ANS defendeu que a resolução dos problemas actuais do sistema retributivo dos militares, face à actual conjuntura de contenção, não pode ser global. Há problemas de distorção e injustiça relativa cuja resolução prioritária criará uma boa plataforma para a necessária revisão global economizando meios, aliviando tensões, recuperando motivação e confiança e desdramatizando nesta tão sensível questão.

É exemplo disto, a questão da equiparação do sistema retributivo dos militares com o actualmente aplicado à GNR, em todas as suas vertentes, com origem na interpretação do D.L. 328/99, e a saber:

▼ Equiparação da escala indiciária dos militares das Forças Armadas aos da GNR;

▼ Aplicação do Art. 19.º do referido diploma;

▼ Não absorção dos diferenciais na apli-

cação dos novos índices.

Na convicção de que a solução do problema assenta, para além do seu próprio reconhecimento e da necessária projecção das medidas a tomar, o que se crê já ter sido feito, na disponibilidade de instrumentos financeiros, que eventualmente não estejam a ser facultados ao Ministério da Defesa e consequentemente aos Ramos. A ANS reconhece que é ao Primeiro-Ministro, a quem cabe definitivamente, e duma vez por todas, dar a solução ao problema, fazendo assim justiça a um elevado número de Sargentos, que, obviamente não compreendem qual a razão de se verem discriminados e ostracizados numa situação que contraria tudo aquilo que seria de esperar, por parte do estado de direito, que abnegadamente servem.

No momento em que nos pedem maior capacidade de resposta, no momento em que nos pedem maior qualificação, maior complexidade na preparação para determinado tipo de missões que nos estão cometidas, aquilo que em simultâneo nós pedimos é a dignificação das nossas carreiras e a resolução célere da equiparação dos vencimentos entre os militares das Forças Armadas e da GNR.

A não serem eliminadas, de imediato, estas situações de injustiça, estão criadas condições para a desmotivação dos Sargentos das Forças Armadas Portuguesas e a assumpção de graves problemas institucionais. ●

VIRAR DE PÁGINA

CEMGFA RECEBE ANS

Doze anos após a criação da Associação Nacional de Sargentos, o representante máximo das Chefias Militares — o General Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas — recebe pela primeira vez, em audiência oficial, uma delegação da ANS, o que ocorreu em 26 de Setembro.

Se bem que não sendo um factor determinante para a consolidação do associativismo militar, porque determinante é sim o percurso global do fenómeno associativo, no qual a ANS tem sido personagem de relevo incontestável, considera a ANS que este facto é, por si só e por tudo o que o envolve, um virar de página essencial, marcante e de importância inquestionável para a afirmação da imensa sustentabilidade da razão de ser do associativismo sócio-profissional militar.

Fazendo uma leitura distanciada e fria do que foram doze anos de quase permanente e incompreensível divórcio entre as associações de militares e as Chefias, conseguimos, no entanto, num espírito de suficiente realismo e abertura, aceitar por sustentáveis, se bem que perfeitamente ultrapassáveis, as condicionantes jurídico-legais que suportaram a posição intransigente dos Chefes Militares, no que respeitava ao seu relacionamento com as estruturas associativas que, na realidade, no plano estritamente legal e aos olhos dum purismo discutível mas devidamente fundamentado, extravasavam o conceito associativo vertido na redacção do anterior Art. 31.º da LDNFA.

Sempre considerámos que essas condicionantes não corriam o risco de impedir um relacionamento responsável e sério, e que o ultrapassar dessas barreiras puramente teóricas e legalistas, jamais ameaçariam a eficácia da cadeia de comando, subverteriam a disciplina ou poriam em perigo a autoridade inquestionável dos nossos chefes, que sempre mereceram de nós, aliás, todo o respeito que lhes é devido e que a nossa própria condição de militares impõe que defendamos acima de tudo.

Não foi, no entanto, essa a leitura das Chefias Militares ao longo destes anos e, obviamente, que a sua postura, legitimamente assente na lei que então vigorava, não podia merecer da nossa parte senão a sua plena aceitação e o respeito devido a uma interpretação, da qual embora discordando, sempre aceitámos como legalmente defensável.

Ultrapassada que foi a dificuldade dessa obstrução legal, com a aprovação das Leis Orgânicas n.º 3 e n.º 4 de 2001, de 29 e 30 de Agosto, que deram respectivamente nova redacção ao famigerado Art. 31.º da LDNFA, aliviando as restrições até aqui impostas ao exercício das liberdades e direitos dos



General Alvarenga de Sousa Santos

militares, e estabelecendo os princípios gerais e enformadores do direito associativo profissional dos militares, estava a ANS certa que ficavam criadas as condições para um novo clima de relacionamento entre as associações de militares e as Chefias.

DEBATE E DIÁLOGO

Com efeito, apraz-nos registar, e dizemo-lo sem complexos e muito frontalmente, que é com um elevado sentido do cumprimento de mais uma importantíssima etapa na vida associativa, que registamos o grande regozijo e a redobrada confiança no futuro, que nos leva a considerar o clima extremamente positivo e promissor de que se revestiu esta primeira audiência, significativamente concedida pelo General CEMGFA, como um importante sinal para uma estreita e profícua colaboração entre militares que, embora actuando a níveis diferentes e com diversos enquadramentos orgânicos, têm por comum a defesa intransigente da instituição militar, a firme determinação de cumprir a missão que o país lhes exige e a elevada convicção da sua condição de cidadania da qual nunca abdicarão.

Durante este primeiro encontro com o Senhor General Alvarenga de Sousa Santos, Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, foi incontornável a assunção em comum dum vastíssimo leque de pontos de vista, de certezas maduramente cimentadas e de conceitos que para os militares

são sagrados, em torno daquilo que consideramos ser matéria indiscutível relativa à condição militar, tendo igualmente encontrado inúmeros pontos de confluência, na análise à difícil situação que os militares hoje atravessam e no reconhecimento do nível a que se situam os responsáveis por tal situação, bem assim, como a urgência do surgimento de soluções, antes que se caia em situações a todo o custo indesejáveis e atentatórias da disciplina e bom senso por que todos pugnamos.

Ficou, assim, aberto um importante canal de debate e diálogo, no seio dos militares, factor a todos os títulos louvável, porque demonstrativo da cultura democrática cada vez mais enformadora da sua própria condição de cidadãos em uniforme. Mas que não pode, de modo algum, vir a ser encarada como parte determinante da resolução dos problemas que afectam os militares, porque esses têm obrigatoriamente de ser resolvidos (com a contribuição de todos, é certo), por quem deles é responsável e garante, ou pelo menos assim deveria ser, da justa e equilibrada busca de soluções condignas, consentâneas e exequíveis. E esse responsável é o poder político, o Governo e, em última instância, o Primeiro Ministro, a quem, a ANS apelou (ler, na pág. 2, "Problemas agravam-se") no sentido de tomar consciência da gravidade da situação e, acima de tudo, actuar, já e determinadamente, enquanto os

diversos sentidos da responsabilidade pesarem mais do que o desespero que começa a invadir os militares e os Sargentos em particular.

Os Sargentos de Portugal, representados pela sua Associação, sentem-se honrados por esta significativa efeméride e têm a percepção, senão quase a certeza, de que o Senhor General CEMGFA igualmente se poderá orgulhar de ter sido o protagonista deste passo histórico na vida do associativismo militar.

CEM'S RECEBEM ANS

A ANS foi recebida pelo General Silva Viegas, Chefe do Estado-Maior do Exército, em 1 de Outubro, e pelo Almirante Vieira Matias, Chefe do Estado-Maior da Armada, em 9 de Outubro, ambas num clima igualmente elevado e tendente a alargar este novo espaço de diálogo entre os militares.

Idêntica audiência está agendada com o CEMFA.

A ANS teve, ainda, audiências com os grupos parlamentares do PCP, em 28 de Setembro; do PSD, em 3 de Outubro; e pelo CDS-PP, em 4 de Outubro, para análise de questões de âmbito legislativo do foro militar. ●

SOBRE O PROJECTO DE DECRETO-LEI QUE REGULAMENTA O ARTIGO 31.º-F DA LDNFA

Capacidade eleitoral passiva dos militares

O Ministério da Defesa Nacional solicitou à ANS, no dia 2 de Outubro, para ser entregue dois dias depois, um parecer sobre a matéria em epígrafe. Apesar de ser manifestamente pouco o tempo disponível para um estudo profundo de matéria tão sensível e importante para a vida dos militares (o prazo mínimo estipulado sobre o direito de audiência prévia preconizado pelo Código do Procedimento Administrativo é 10 dias), a leitura do diploma leva-nos às seguintes conclusões:

1. A licença especial "não remunerada" deve ser aplicada exclusivamente a militares que sejam eleitos para cargos que exijam ocupação a tempo inteiro;

2. Os militares eleitos para cargos que não impliquem o exercício a tempo inteiro devem continuar na efectividade de serviço e ser-lhes aplicável o regime geral dos restantes funcionários e agentes da Administração Pública. Praticando actos ocasionais durante o seu mandato, os cidadãos militares, devem usufruir deste tipo de licença mas só duran-

te o tempo em que são chamados a desempenhar as funções para que foram eleitos, regressando ao serviço logo que cessem as funções inerentes ao seu mandato;

3. A ser estipulado o que é apresentado no presente projecto, sobre a licença especial, a maioria dos cidadãos militares, que passariam a desempenhar funções relevantes de interesse nacional, não sendo remunerados, ficam impossibilitados de as exercer, a não ser que possuam rendimentos ou fortunas próprias, ou que praticassem actos ostensivos, no exercício de cargos públicos, de fraude à lei;

4. Ao impossibilitar o exercício de um direito de cidadania, por esta via, o legislador, mais não faz, do que retirar com uma mão o que diz dar com a outra. Ou seja, recusa na prática o exercício de um direito constitucionalmente consagrado, tornando-o inexecutável, negando, objectivamente, o livre acesso a cargos públicos não remunerados. ●

Encontro Nacional de Delegados da ANS

A ANS promove um Encontro Nacional de Delegados, a realizar no próximo dia 20 de Outubro, com início pelas 14 horas, no Auditório do CASO (Centro de Apoio Social de Oeiras), do IASFA, com os seguintes temas:

▲ Apresentação das conclusões da Reunião do Conselho Técnico da ANS.

▲ Procura de soluções para o actual impasse da problemática social dos sargentos.

▲ Apreciação e enquadramento da nova realidade associativa, face às alterações à LDNFA.

A actual situação social dos militares, com a persistente manutenção de problemas por resolver ao nível do sistema retributivo e de uma preocupante falta de resposta no que concerne aos mecanismos de desenvolvimento de carreiras, aliada a uma incompreensível indiferença do Governo relativamente aos sucessivos pedidos de intervenção por parte do Primeiro Ministro, bem assim como a nova realidade do associativismo militar, a precisar duma séria reflexão consciente e desinibida, coloca-nos perante uma encruzilhada de novas respostas na busca das soluções mais exequíveis e que melhor sirvam os interesses dos Sargentos de Portugal. ●

Actividade ASSOCIATIVA

▲ REUNIÕES DA DIRECÇÃO DA ANS

- 25 de Setembro
- Com Delegados da área de Vendas Novas.
- 26 de Setembro
- Com Delegados da área do Entroncamento.
- 27 de Setembro
- Com Delegados da área de Leiria/Monte Real.
- 28 de Setembro
- Com Delegados da área de Beja.
- Com Delegados da área de Viseu.
- 29 de Setembro
- Com Delegados da área de Tavira/Foia.
- Com Delegados da área de Lamega/Vila Real.
- Com Delegados da área de Chaves.
- 30 de Setembro
- Com Delegados da área do Porto.
- 2 de Outubro
- Com Delegados da área de Coimbra/Aveiro/F.Foz.
- Com Delegados da área de Évora/Elvas/Estremoz.

▲ OUTRAS ACTIVIDADES

- 22 de Agosto
- ANS recebida em audiência pelo MDN
- 18 de Setembro
- Presença no lançamento do livro "Segurança e Defesa na Viragem do Milénio", do Gen. Loureiro dos Santos.
- 26 de Setembro
- ANS recebida em audiência pelo General CEMGFA.
- Convite para o debate "Tratado de Nice e a União Europeia", na Assembleia da República.
- 1 de Outubro
- ANS recebida em audiência pelo General CEME.
- 9 de Outubro
- ANS recebida em audiência pelo General CEMA. ●

A questão dos VENCIMENTOS

Muito gostaríamos de podermos noticiar a solução dos problemas que nos afectam relativos aos vencimentos. Especialmente as três questões que se referem a discriminações e injustiças cometidas relativamente aos Sargentos por legislação produzida pelos governos chefiados pelo actual Primeiro Ministro (PM), a saber: a equidade relativamente aos vencimentos dos militares da GNR; a aplicação correcta, e de acordo com o parecer da Direcção Geral do Pessoal e do Recrutamento Militar, do artigo 19.º do DL 328/99 e reposição nos escalões a que os camaradas têm direito; a devolução dos diferenciais que foram ilegalmente absorvidos na evolução para as 2.ª e 3.ª fases da aplicação do actual sistema retributivo, tal como foram mantidos, e bem, aos oficiais da Marinha.

Mas a notícia que temos não vai nesse sentido. De facto, tanto quanto sabemos, e tudo temos feito para nos mantermos devidamente informados, as soluções devidas, e que tanta indignação têm causado na Família Militar, ainda não se descortinam. O Sr. PM tem respondido aos repetidos pedidos da ANS de audiência laconicamente, agradecendo o pedido e remetendo o assunto para o ministro da tutela, sem o fazer acompanhar dos respectivos meios. As resoluções, sejam elas quais forem, terão de passar sempre pela vontade política do PM e da consequente disponibilização de meios.

Na audiência com o Sr. Ministro da Defesa Nacional (ler notícia na pág. 3), a ANS assumiu o compromisso de entregar um trabalho com alguns dados, que certamente a DGPRM também terá, e o nosso entendimento e propostas sobre os problemas de vencimentos.

Deste modo, foi elaborado um memorando, com a colaboração de associados que não pertencem aos órgãos sociais, e entregue ao Chefe de Gabinete do MDN, no passado dia 26 de Setembro.

Desse memorando pode ler-se que: "Desde 1989, que os vencimentos a abonar aos Sargentos das Forças Armadas, têm sido alvo de um acumular de injustiças, cuja existência tem vindo, há cerca de 12 anos, a ser reconhecida pelo poder político sem que, até à data, tenha encontrado qualquer solução consentânea com as actuais exigências profissionais relativamente aos conteúdos funcionais, maiores qualificações, etc. de que se reveste a categoria profissional de Sargento das Forças Armadas."

"Ao conjunto de injustiças do sistema retributivo, das quais se destacam a quebra da equidade interna e externa, a forma discriminatória como os Sargentos têm sido tratados, citando como exemplo as diferenças que se verificam entre a estrutura remuneratória, apenas, nos postos de Sargento-Ajudante e Primeiro-Sargento das Forças Armadas e os mesmos postos da GNR, associa-se uma situação de ruptura que se vive relativamente à carreira dos Sargentos das Forças Armadas, independentemente das várias vezes que se tem vindo a alertar para o problema nestes últimos 12 anos, junto dos Órgãos de Soberania, não se vislumbrando solução à vista relativamente a esta matéria."

E ainda: "Os Sargentos [no actual sistema retributivo] são grandemente desfavorecidos. (...) O tempo de permanência no posto e nas fileiras é substancialmente mais valorizado na categoria de oficiais, (...) verifica-se:

● Que, com o mesmo tempo de permanência no posto, os oficiais progredem um maior número de pontos; ex.: CAP progride 70 pontos em 14 anos de permanência no posto enquanto que o

1SAR progride 25 no mesmo lapso de tempo;

● Que, mesmo quando comparamos a valorização do tempo de permanência no posto na categoria de Sargentos, relativamente aos oficiais em RC, ele é notoriamente menos valorizado nos primeiros; ex.: Alf RC em 2 anos progride tantos pontos como o 1SAR em 11 anos, ou como um SCHEFE ou um SAJ em 8 anos."

E conclui: "A categoria de Sargentos das Forças Armadas tem sido altamente prejudicada no tratamento de que tem sido objecto, relativamente ao sistema remuneratório.

1. Desde há cerca de 12 anos, a esta parte, que estas questões têm vindo a ser colocadas junto das Chefias Militares e Órgãos de Soberania, sem que até à data tenham tido qualquer resolução, ou tendo por vezes resoluções que contrariam os princípios de igualdade e universalidade de tratamento em matéria de direito público.

Como tal, podemos identificar situações resolvidas de formas diferentes para situações objectivamente iguais:

● Aplicação do DL 80/95 de 22 ABR, aos 1SAR da Armada, a partir de ABRIL/95, contrapondo com a entrada em vigor a partir de 01JUL 97, do DL 299/97 de 31OUT, para a resolução da mesma situação objectiva na Força Aérea e no Exército.

● Aplicação de estruturas remuneratórias, mais vantajosas, apenas, para os postos de SAJ/1SAR da GNR, mantendo-se estruturas iguais para os restantes postos, quer naquela instituição quer nas Forças Armadas.

● Aplicação de tratamento diferente em relação aos Oficiais da Marinha relativamente à absorção dos diferenciais processada com a aplicação das 2.ª e 3.ª fases do NS R, aprovado pelo DL 328/99.

● Aplicação de tabelas para os Oficiais em RC, iguais às dos mesmos postos do QP, não acontecendo o mesmo em relação aos 2SAR RC.

2. Em termos de equidade externa comparativamente com os demais corpos especiais, continuam os Sargentos a aguardar que seja feita justiça:

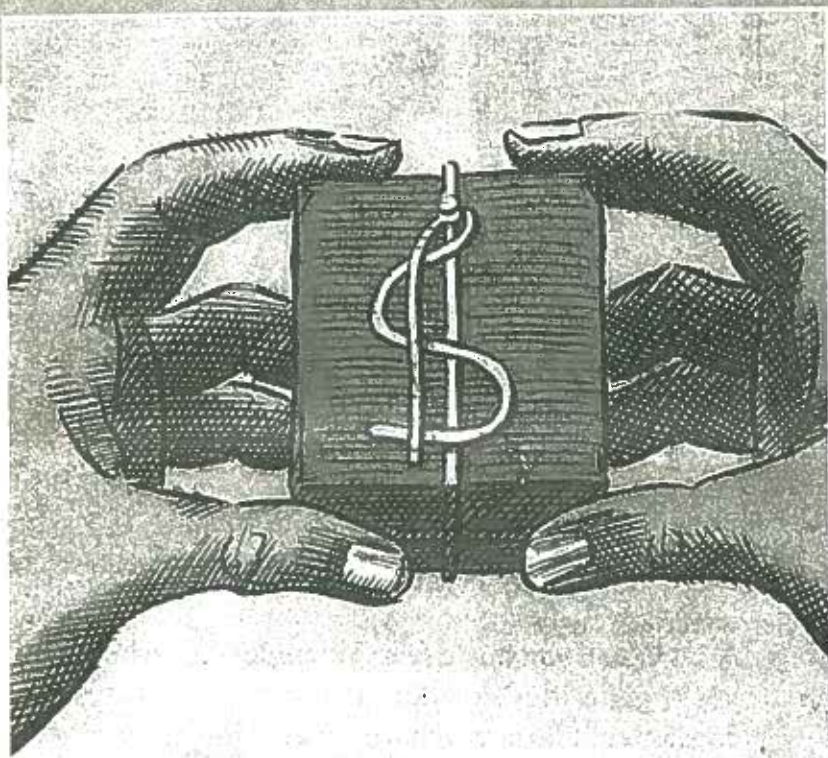
● Verifica-se que a propor-

Equidade externa: VALOR PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO JUÍZ DE CÍRCULO, AUFERIDO EM 1979 E 2001, PELO POSTO DE CORONEL, PELO POSTO DE SARGENTOS DE FINAL DE CARREIRA (SMOR) E PELO POSTO ONDE O TEMPO DE PERMANÊNCIA É MAIOR (1SAR)

Categoria/Posto	Rem. base 1979	Rem. base 2001	diferença	se em 2001 existisse a mesma % de 1979 a R. base no esc. 1 seria:
Juiz de Círculo	25.000\$00 (100%)	989.500\$00 (100%)	0%	989.500\$00 (100%)
Coronel	22.700\$00 (90,8%)	510.400\$00 (51,6%)	- 39,2 %	898.500\$00 (90,8%)
Sargento-Mor	17.500\$00 (70%)	327.800\$00 (33,1%)	-36,9%	692.700\$00 (70%)
1.º-sargento	12.900\$00 (51,6%)	214.900\$00 (21,7%)	-29,9%	510.580\$00 (51,6%)

Equidade interna: VALOR PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO POSTO DE CORONEL, AUFERIDO EM 1979 E 2001, PELO POSTO DE SARGENTOS DE FINAL DE CARREIRA (SMOR) E PELO POSTO ONDE O TEMPO DE PERMANÊNCIA É MAIOR (1SAR)

Categoria/Posto	r.base 1979	r.base 2001	diferença	se em 2001 existisse a mesma % de 1979 a R. base no esc 1 seria:
Coronel	22.700\$00 (100%)	510.400\$00 (100%)	0%	(100%)
Sargento-Mor	17.500\$00 (77,09%)	327.800\$00 (64,22%)	-12,87%	393.467\$00 (77,09%)
1.º Sargento	12.900\$00 (56,82%)	214.900\$00 (42,10%)	-14,72%	290.100\$00 (56,82%)



cionalidade, existente em 1979, quando se compara o posto de Coronel com o Juiz de Círculo, não se manteve, com grande desvantagem para o posto de Coronel.

Esta situação acaba por ter reflexos gravíssimos na categoria de Sargento devido ao grande afastamento que se verificou em relação às suas referências quer externas, quer internas.

Esta situação é bem visível quando comparamos os vencimentos auferidos em 2001, pela categoria de Sargentos e os que auferiria, caso se mantivesse a proporcionalidade de 1979.

Supostamente, de acordo com entrevista dada à comunicação social por parte do ex-Ministro da Defesa Nacional, Jaime Gama, o sistema retributivo aprovado pelo DL 328/99, deveria resolver esta situação, chegando a anunciar aumentos de 30%, para os 1SAR.

Curiosamente, como já se demonstrou, foi no posto de 1SAR, que se verificou o menor aumento (5.000\$00).

3. Evolução na estrutura Remuneratória:

Também neste capítulo, os Sargentos se encontram injustiçados, considerando o facto da evolução na estrutura remuneratória na categoria de oficiais ser bem mais vantajosa. Destaca-se o facto dos oficiais progredirem ao longo da sua carreira (de ALF a COR - 6 postos) 315 pontos, enquanto que os sargentos progredem (de 2SAR a SMOR - 5 postos), 145 pontos.

Mas esta situação é agravada pelo facto de na categoria de Sargento a maioria somente atingir o posto de SAJ, evoluindo 65 pontos indiciários em toda uma carreira, enquanto que na categoria de Oficial, em somente 5 anos, de GM/ALF a 1TEN/CAP, progredem 75 pontos indiciários.

Por isso, destaca-se o facto, de para um mesmo período de tempo, a valorização na categoria de oficiais ser bem mais vantajosa que na de sargentos.

O exemplo mais evidente desta situação ocorre nos postos de CAP/1SAR, que sendo dois postos de longa permanência, ambos estão contemplados na estrutura remuneratória com 6 escalões, levando 14 anos de tempo de serviço efectivo no posto a atingir o último escalão.

No entanto, apesar destes dois postos necessitarem de 14 anos para atingir o último escalão, um CAP vê a sua remuneração progredir 70 pontos, enquanto que um 1SAR, apenas obtém um benefício de 25 pontos.

Todas estas questões, que afectam a categoria de Sargentos, cuja solução tem sido alvo de adiamentos sucessivos, adicionada a um modelo de carreiras em ruptura, tem sido razão para a forte desmotivação e descontentamento crescente no seio desta categoria."

Como não podia deixar de ser, a ANS termina este documento reiterando o conjunto de propostas que tem vindo a colocar desde há dois anos e que foram sancionadas e aprovadas em numerosos encontros e reuniões em todo o País, transformado em resoluções atempadamente enviadas a todos os Órgãos de Soberania e que, salvo um outro aspecto que se desactualizaram por falta de resposta, se mantém actual, válida, e que é um sério contributo para resolver este delicado problema com economia de custos.

"Proposta:

Em face do exposto, e dentro do espírito construtivo que nos caracteriza, a ANS tem vindo a propor, e ago-

ra reitera, como legítima representante dos Sargentos de Portugal, as seguintes medidas:

a) Implementar em simultâneo, como forma de eliminar as injustiças e discriminações que tanta desmotivação e indignação têm causado:

I — igualdade retributiva com a GNR;

II — aplicação correcta dos pontos 2 e 3 do artigo 19.º do DL 328/99;

III — reposição dos diferenciais absorvidos nas 2ª e 3ª fases da aplicação do DL 328/99;

b) Que o DL 328/99 aplicado de acordo com a alínea anterior seja considerado uma medida intercalar com base na qual se irá procurar uma resolução definitiva que garanta os princípios consignados no DL 184/89;

c) Que seja constituída uma comissão integrando representantes do MDN, dos ramos e das associações de militares para elaborar uma proposta definitiva, articulada com uma revisão do EMFAR, que assegure um modelo de carreiras uniforme nos ramos, com uma definição de cargos e de níveis de formação e funcionalidade, graus de responsabilidade e respectivos vencimentos que garantam um conjunto de três carreiras militares aliciantes e apelativas, com capacidade concorrencial com o mercado de trabalho especializado para enfrentarem com êxito o desafio da profissionalização das FFAA;

d) Como forma de dar um primeiro passo no sentido de aproximar o quadro especial dos militares aos quadros de referência da administração pública, e recuperar de anos consecutivos de desvalorização, que o índice 100 seja revalorizado autonomamente a contar de Janeiro de 2001;

e) Que o Suplemento da Condição Militar seja revisto a partir de Janeiro de 2001 para todos os postos com os seguintes valores: 14,5% + 21.000\$."

E termina: "Face ao exposto e premência dos assuntos potenciadores de descontentamento e desmotivação, os Sargentos apelam para que se abra um espaço de diálogo com a ANS como forma de se encontrarem as medidas adequadas."

É o terceiro ou o quarto memorando que a Direcção da ANS produz e entrega, sempre com o espírito da cooperação, do entendimento, do diálogo construtivo e consequente. E afirma que produzirá todos os documentos que forem necessários para os problemas dos Sargentos e das suas famílias serem resolvidos. A Direcção reitera o que já anteriormente disse: "Ninguém pense que nos fará desistir por cansaço ou por desinteresse. Poderemos estar cansados, mas exaustos nunca!" ●

RETROCESSO FUNCIONAL EM PLENO

Tal como a direcção da ANS repetidamente alertou nas páginas do nosso jornal "O Sargento", o retrocesso funcional aí está em pleno. Como todos sabem, o actual EMFAR, implementado pelo DL 236/99, de 25 de Junho, veio impor mecanismos que se traduzem em importantes retrocessos funcionais especialmente para as novas classes de Sargentos da Armada. Mas também nos outros ramos, mesmo com melhores defesas legislativas, se começa a assistir a pressões no sentido de obrigarem os militares a prestarem serviços que correspondem a funções de posto inferior ao seu.

E não estamos a falar do famoso exemplo que os oficiais costumam dar para diminuir a razão que nos assiste. Quando reclamamos do retrocesso funcional que estamos a ser vítimas, costumam colocar a situação de eles próprios, hoje, terem de escrever e imprimir documentos em computador e impressora. A nosso ver esta função não corresponde a um retrocesso funcional mas a uma evolução tecnológica, que permite, com economia de tempo e dinheiro, fazer de modo mais cómodo o que anteriormente se teria de escrever à mão, rasurar, emendar depois de batido à máquina, rasgar e voltar a bater. Escrever em computador é bem mais cómodo. Não utilizar este meio, seja por quem for, com todas as vantagens que daí advém, constituiria um retrocesso civilizacional.

Mas, quanto ao retrocesso que aqui damos nota, é o que se verifica a bordo dos navios e unidades navais, nos hangares e nos quartéis. Tem a ver com Sargentos que são compelidos a executar funções que, em situações normais, seriam executadas por praças. São os Sargentos que, por não existirem praças em número suficiente, são pressionados a executar tarefas de manutenção, de pintura e faxina de peças, no convés e nas casas das máquinas dos navios, por exemplo. São os camaradas que são compelidos a acarretar frigoríficos entre edifícios e ameaçados de castigos disciplinares se não o fizerem, como aconteceu não há muito tempo em Foia; ou na Base do Montijo, em que o comandante de uma esquadra resolveu dar outro destino aos cento e cinquenta contos disponibilizados para a mudança dos cacifos e pressionou os Sargentos a efectuarem a mudança: "cada um muda o seu", tendo baixado o nível das avaliações de mérito aos camaradas que se recusaram a fazê-lo. São os camaradas 1SAR do Exército pressionados a conduzir viaturas e SAJ a fazerem serviços de escala.

Toda esta situação está a agravar-se com a diminuição dos contingentes incorporados de Praças e com o aumento das missões Humanitárias e de Paz. O número de camaradas empenhados nessas missões não é substituído por outros homens, o número de serviços cometidos às suas unidades mantém-se ou até aumentam e o número de Praças disponíveis diminuiu para quantitativos que colocam muitas unidades e serviços à beira da ruptura.

Concluindo: menos pessoal e mais missões sobra uma maior carga laboral para os que ficam nas unidades. Se a isto somarmos o facto de o Exército, por dificuldades de tesouraria, não estar a pagar atempadamente as ajudas de custo ao pessoal deslocado em serviço, a ausência de medidas aos problemas que têm mobilizado os Sargentos, o facto de, apesar dos camaradas que se encontram em missão verem esse esforço compensado monetariamente, os que cá ficam sentem-se mais penalizados: não vêem os seus vencimentos aumentados e vêem a quantidade de trabalho aumentar, a flexibilidade e a polivalência que os faz exercer cargos de nível inferior e as carreiras a ficarem mais negras com a ausência da implementação das medidas propostas pela ANS à Assembleia da República e ao MDN.

Eis a mistura altamente explosiva a que Sua Ex.ª o Primeiro Ministro recusa dar solução. Os Sargentos, como é seu apanágio, não desistirão de alcançar as medidas que consideram justas. ●



Grandiosa jornada levada a efeito em 21 de Junho pelos Sargentos dos três ramos das Forças Armadas.

OUSAR VENCER

O país tem urgência de assumir, a todos os níveis, as suas próprias Forças Armadas, ou então ter a coragem de as pôr em causa e daí tirar as consequências dificilmente previsíveis.

A Associação Nacional de Sargentos foi testemunha dum excepcional evento, perante o qual não pode, como é evidente, ficar alheia. A grandiosa jornada levada a efeito em 21 de Junho pelos Sargentos dos três ramos das Forças Armadas, pelo seu significado, razões e repercussões, suscita por parte da ANS, e para que não subsistam quaisquer dúvidas sobre qual a sua posição relativamente a este assunto, as seguintes considerações:

1. A ANS, enquanto voz e cara dos sargentos de Portugal, tem vindo, duma forma racional, coerente e consequente, a denunciar diversas injustiças, situações anómalas, omissões, incorrecções e outras, referentes a diversas matérias sócio-profissionais, nomeadamente no âmbito do actual sistema retributivo, que já deveriam ter sido corrigidas, uma vez que estão reconhecidas, localizadas e devidamente consideradas como carecendo de resolução urgente e definitiva.

2. No âmbito daquilo que a ANS considera como desejável, relativamente ao seu relacionamento com os órgãos de decisão, nomeadamente o Ministério da Defesa Nacional, num quadro que se desejaria límpido e

transparente, e com resultados visíveis, sempre se privilegiou o diálogo e a troca de informação, com vista a uma busca constante de soluções exequíveis, para além da mera dialéctica formal e protocolar.

3. A partir de certa altura deste processo, concluiu-se que grande parte das dificuldades de execução de qualquer directiva ministerial tendente a resolver os problemas de não cumprimento de todos os pressupostos contidos no espírito do DL 328/99, que passou a regulamentar o sistema retributivo dos militares, e que não foram devidamente e uniformemente interpretados quer pelo Ministério quer pelos ramos, tinham a ver com a incapacidade de execução financeira dessas correcções.

4. Entendeu-se então legítimo responsabilizar o Governo na pessoa do seu Primeiro Ministro pela ausência de instrumentos financeiros que colmatassem as dificuldades do Ministério e assim foram dirigidas a Sua Excelência o Senhor Primeiro Ministro, centenas, senão milhares de petições individuais, fazendo sentir ao mais alto responsável governamental a injustiça da manutenção das incorrecções apontadas.

5. Concomitantemente, e após um sem número de reuniões levadas a efeito por todo o país com os sargentos dos três ramos, para análise da situação, levou a ANS a efeito uma grande reunião, em Lisboa, com os Sargentos da área metropolitana da capital e mesmo de outras guarnições, onde foi evidente o clima de mal-estar, incomodidade, indignação e incompreensão pelo facto de não haver, por parte do Governo, a mínima reacção ou predisposição para a resolução dos problemas já por demais denunciados, quando, relativamente a outros quadros da administração pública, e nomeadamente àqueles com poder reivindicativo assegurado por lei, as soluções acabam por ser encontradas e aplicadas com respeito pelas justas pretensões dos seus agentes.

6. Esta dualidade de atitudes perante agentes da administração pública, que varia de acordo com o facto de se ter ou não capacidade reivindicativa e de se estar ou não sujeito a legislação restritiva dos direitos fundamentais, como é o caso dos militares, é de todo intolerável e não pode passar sem uma condenação muito frontal por parte dos sargentos de Portugal e da ANS.

7. É pois neste quadro que surgem, a nível nacional, e duma forma muito



determinada, movimentações apelando a uma maior visibilidade da indignação contida dos Sargentos, consubstanciada num pacífico passeio pelas principais cidades do país, como forma de chamar a atenção para a gravidade da situação.

8. A ANS, enquanto expressão viva dos sentimentos, anseios e justas pretensões dos Sargentos dos três ramos das Forças Armadas, não só compreende, como implicitamente está solidária com os Sargentos de Portugal neste difícil mas inequívoco momento de afirmação da sua integridade moral, cívica e militar — ou seja, enfrenta de rosto bem erguido as adversidades que a vida nos impõe — e nessa conformidade, estamos inequivocamente ao lado de todos os camaradas Sargentos, com a infinita confiança e reconhecimento do seu exemplar sentido do dever e da disciplina, mesmo nas situações mais adversas.

9. Por diversas vezes temos chamado a atenção de que não é vocação da ANS servir de almofada a quem quer que seja, muito menos à inoperância do Governo, mormente quando esta mesma inoperância configura a mais indescritível expressão de desrespeito e indiferença por quem sempre tem

tentado, duma forma honesta e contributiva, construir um clima de cooperação e alternativa aos processos caducos, autocráticos e doentios de lidar com as matérias que, sendo do foro sócio-profissional, não podem ser tratadas como se segredos de Estado se tratassem.

10. A ANS e os Sargentos em geral estão conscientes da complexidade económica que o país atravessa, e não queremos aqui e agora questionar as responsabilidades de quem quer que seja, para que se tenha chegado a tal ponto, ou mesmo se tal complexidade está ou não inflacionada, por conveniência deste ou daquele.

11. Temos a consciência tranquila, enquanto Sargentos e cidadãos, pois não pedimos o céu e a terra; não reivindicamos de momento nenhum novo sistema retributivo; tão só questionamos o modo incorrecto, incoerente e leviano com que o actual sistema foi implementado e o prejuízo que daí adveio para os Sargentos. O que sem dúvida exigimos é que sejam regularizadas as distorções até aqui continuamente ignoradas e então sim, que se crie o clima propício ao estudo de novas soluções para a continuação da revisão global do referido sistema retri-

butivo, dentro do quadro económico possível e de acordo com as capacidades financeiras do Estado, sem embarcar em propostas demagógicas e aventureiristas que em nada contribuem para um natural clima de consenso entre aquilo que é desejável e aquilo que verdadeiramente é possível.

12. Constatamos, no entanto, que a ideia de despesismo e esbanjamento de dinheiros públicos que se criou à volta das Forças Armadas, para além duma injustiça que pode ser facilmente desmentida pelos números disponíveis, é um argumento que serve à medida a quem não está interessado em atender com seriedade às justas aspirações dos militares.

13. Por outro lado, entende a ANS e os Sargentos em geral que a melhoria da sua qualidade de vida passa também e inexoravelmente pela consolidação das suas carreiras e dos reais mecanismos de progressão que até aqui não têm sido devidamente considerados; é importante deixar aqui bem vincado que a ANS comunga da opinião de que o alargamento de quadros, nomeadamente na Força Aérea, é uma medida imperiosa e que a não ser tomada em devido tempo vai aniquilar ainda mais as já ténues espe-

ranças de sobrevivência condigna duma categoria que há anos vem agonizando num doentio clima de frustração e ausência de confiança na instituição.

14. Também consideramos importante aqui reafirmar que, se por um lado a relação da ANS com as chefias militares nem sempre tem conseguido um clima de sã complementaridade, facto que se deve a uma visão quiçá pouco confiante por parte das mesmas, é uma certeza a nossa voluntariedade para caminharmos para um outro estádio de entendimento, assim haja, por parte dos chefes militares, sinais evidentes de que consideram as associações como um elemento contributivo e não um corpo estranho e em competição com quem quer que seja.

15. Embora o momento seja de natural excitação, estamos, como sempre temos estado, serenos e confiantes. Serenos porque é essa a nossa postura desde há muitos anos. Confiantes porque temos na capacidade de perseverança e tenacidade dos nossos camaradas uma crença ilimitada; é um crédito do qual não abdicamos e com o qual sempre temos contado em horas boas e menos boas da nossa árdua caminhada.

16. Por último, gostaríamos de deixar uma última consideração ao Governo e, muito especialmente, ao Senhor Primeiro Ministro: jamais poderemos ser acusados de não tentarmos, a todo o custo, encontrar soluções de consenso e exequíveis para os problemas que continuamente apresentamos. Sentimos, no entanto, que existe em relação às Forças Armadas uma grande indisponibilidade, por parte de certos sectores dos responsáveis governamentais, em aceitarem como justas as normais aspirações dum corpo especial que, mais do que qualquer outro, tem na sua inteira disponibilidade a sua imagem de marca e o rumo natural das suas preocupações profissionais e de cidadania.

17. Os militares compreendem muito mal esta eterna condição de menoridade e sentem que não a merecem. Sentem que, em termos de despesa pública, não são seguramente responsáveis pelas derrapagens do orçamento e, contrariamente àquilo que muitas vezes é inculcado na opinião pública, não têm visto aumentadas, em termos reais, as verbas que o país põe à sua disposição para o desempenho da missão que a nação lhes confia. Sentem que, nem sempre o próprio Governo assume o imperioso dever de defender as próprias Forças Armadas como um elemento maior do conceito de Defesa Nacional. Sentem, finalmente que o País tem urgência de assumir, a todos os níveis, as suas próprias Forças Armadas, ou então ter a coragem de as pôr em causa e daí tirar as consequências dificilmente previsíveis. ●

Cartas dos LEITORES

Irracional...

O choque. A estupfação. O indescritível atingiu-nos a todos ao assistirmos aos acontecimentos ocorridos nos EUA no passado dia 11 de Setembro.

Por isso junto aqui a minha voz e, permitam que o diga, a nossa voz, à de todos os que entendem ser necessário condenar e combater o terrorismo.

Mas condenar e combater o terrorismo não é lançar uma qualquer caça às bruxas, não é cercear direitos a milhões por causa de umas centenas; não é adoptar somente medidas de polícia — mais polícia, mais câmaras de vídeo, mais echrlon's, mais bancos de dados pessoais, mais serviços de informações ou, mais mísseis, aviões, pistolas e balas de todo o tipo.

Se tais medidas resolvessem o problema já o teriam resolvido há muito. Loucos sempre houve e loucos em nome de qualquer coisa também.

Mas o problema que o desenvolvimento irracional a que temos vindo a assistir conduziu, foi o de haver milhões de pessoas por todo o planeta dispostas a loucuras por desespero. Desespero por não terem comida, médicos, roupa, casa, território.

Combater o terrorismo é, pois, combater também este desenvolvimento irracional que cava cada vez mais fundo o fosso da desigualdade.

"Justiça Infinita"... Neste momento, em que escrevo, milhões de pessoas (tantas quanto a população portuguesa) deslocam-se de suas casas, com crianças e a trouxa às costas, para não terem um *finito* fim.

Imaginem, imaginem só, Portugal inteiro a deslocar-se para fugir da infinita loucura de alguns. •

Um sargento devidamente identificado

Nota da redacção: Esta carta foi recebida antes da operação "justiça infinita" ter mudado o nome para "Liberdade Duradoura". •

Opinião

Um sonho muito pouco AZUL

Eu e muitos outros jovens que ingressaram na FAP (Força Aérea Portuguesa) em RC (Regime de Contrato), fizemo-lo porque queríamos, conscientemente, ser militares e contribuir orgulhosamente para a defesa da nossa Pátria.

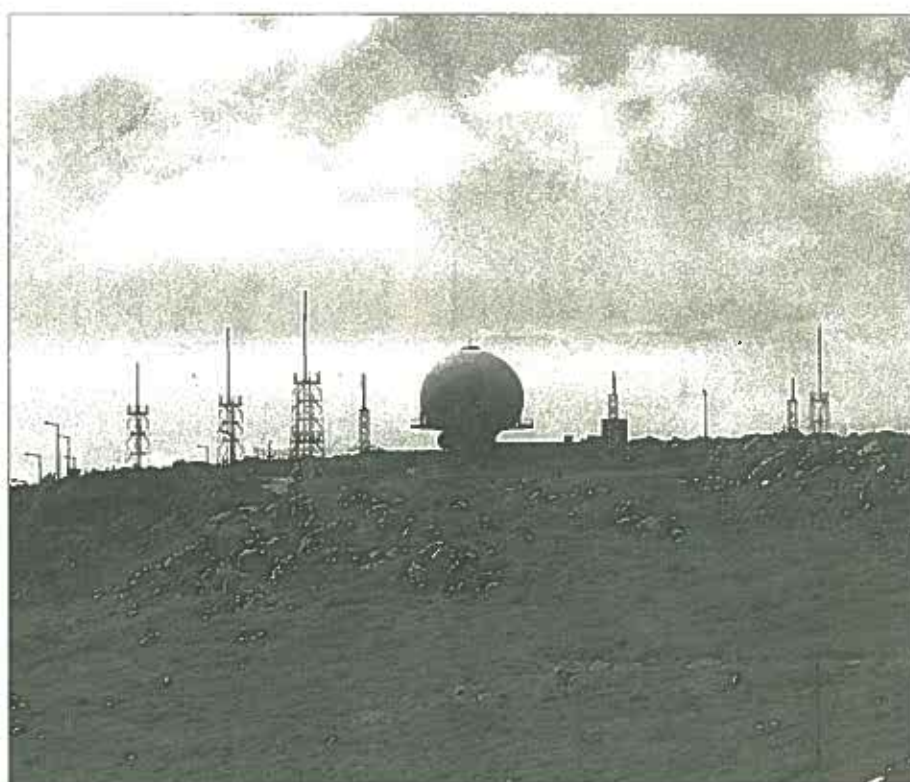
Porque era esse o futuro desejado e essa a carreira que gostaríamos de seguir. Porque, nas várias entidades envolvidas no processo de recrutamento, nos garantiram que havia condições para satisfazer a nossa opção e porque todas elas nos disseram que "o teu futuro começa aqui", e nós acreditámos.

Mas, logo após o efectivo ingresso, trataram de esmorecer o nosso entusiasmo, refrear o nosso voluntarismo e destruir os nossos sonhos. Não podemos, assim, estar satisfeitos.

Para começo, as diminutas vagas de ingresso no QP (Quadro Permanente). Vários anos em que o concurso nem sequer abre ou outros, ainda, em que as vagas são, em média, duas a três por ano. Com a agravante do sistema do concurso ser altamente injusto e discriminatório para os Sargentos RC's, beneficiando claramente a classe de Praças (sem desprimor para esta classe, obviamente), uma vez que o grau de exigência das suas avaliações é menor e a selecção depende, em muito, deste factor.

A solução é simples e poderia muito bem passar por um sistema de quotas, que assim garantiria, com maior dose de justiça, o recrutamento de alguns dos elementos mais válidos e aptos de ambas as classes.

As consequências são drásticas, quer para a própria FAP, que se vê im-



...não só não vemos cumprido o que nos foi há muito prometido, como, também, não descortinamos, sequer, qualquer manifestação de vontade em o fazer.

De qualquer das formas, não baixaremos os braços, nem, em circunstância alguma, deixaremos de cumprir com igual determinação e espírito de sacrifício o nosso dever...

sua efectivação, nomeadamente, a criação de salas de estudo bem equipadas e dotadas de todas as condições para um real acesso à informação e, mais concretamente, o pagamento das "prestações após o termo da prestação de serviço militar" que, para os militares com mais de seis anos de serviço efectivo, foram duplicadas e prometidas em apenas uma única prestação, tendo-se verificado, por parte da FAP, enormes dificuldades financeiras para cumprir, de uma só vez, esta obrigação (situação decerto agravada com os recentes cortes orçamentais nas Forças Armadas).

Para mais, temos assistido a outras situações de gritante injustiça para com os Sargentos RC's da FAP, concretamente no facto dos militares do Exército, nas mesmas condições, serem promovidos ao posto seguinte com metade do tempo de permanência no posto anterior que aos da Força Aérea.

Igualmente caricata é a nomeação dos Sargentos RC's para fazerem parte das mesas de voto dos respectivos conselhos de especialidades, quando lhes é negado o direito de votar para a constituição desse mesmo conselho!

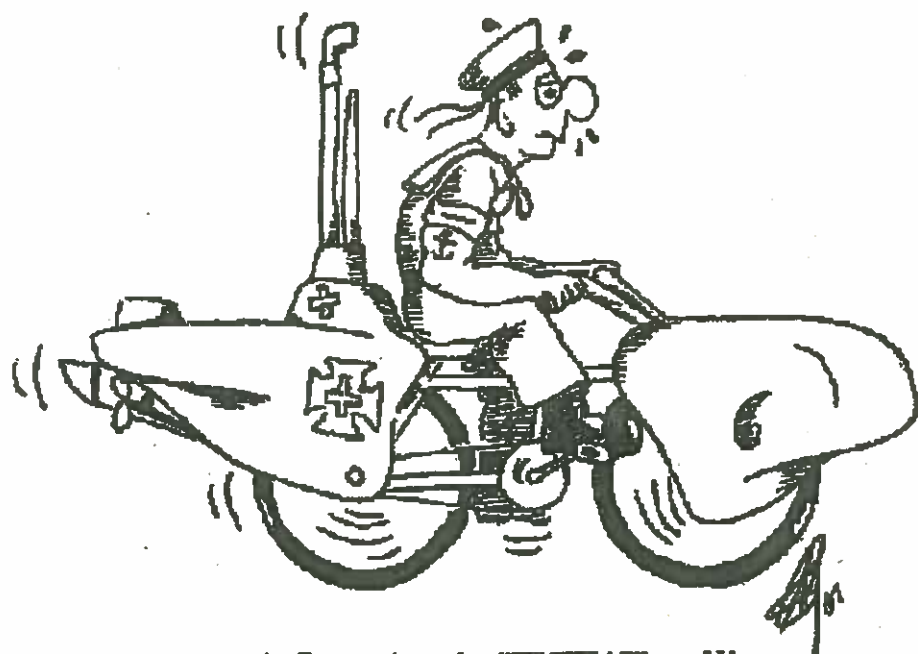
Todas estas e outras circunstâncias têm gerado um profundo descontentamento nos contratados, levando-os ao abandono (forçado) da tropa e a uma desmotivação constante pela incerteza do seu futuro e pela necessidade de começar tudo de novo. Como se isto não bastasse, não só não vemos cumprido o que nos foi há muito prometido, como, também, não descortinamos, sequer, qualquer manifestação de vontade em o fazer.

De qualquer das formas, não baixaremos os braços, nem, em circunstância alguma, deixaremos de cumprir com igual determinação e espírito de sacrifício o nosso dever.

Não nos peçam é boa disposição e um sorriso nos lábios no cumprimento das nossas atribuições, estado de espírito impossível em quem desconhece, por completo, o que lhe reserva o dia incerto de amanhã. •

Um 2SAR RC FAP

CANTINHO DO HUMOR



- As Forças Armadas "FREITAS" por Nós

tente para travar a debandada precoce dos contratados em quem investiram (Sargentos e Praças), quer para os próprios RC's, que se vêm obrigados a procurar outro futuro noutras paragens e, alguns, a terem de refazer a sua vida depois da difícil idade dos 30 anos (idade média de saída para quem cumpre todos os anos possíveis de contrato).

Para fazer frente a esta situação, uma vez inegável a necessidade da FAP de um quadro complementar de contratados (sobretudo de Praças), fez-se publicar, a 15 de Dezembro do ano passado, um novo regime de incentivos para os RC's.

Uma leitura mais desatenta descobriria ali uma autêntica maravilha. No entanto, nada assim acontece. Muitas das promessas carecem de legislação complementar a publicar posteriormente, num prazo demasiado longo. É o caso das promessas de equiparação salarial dos militares em RC, aos dos mesmos postos do QP (situação que, estranhamente, não se coloca na classe de Oficiais); do suplemento de residência, já anteriormente contemplado no EMFAR e nos incentivos novamente prometidos e, também, do alargamento para oito horas semanais de dispensa para estudo. E já lá vão nove meses a ver passar os aviões...

Muitos dos outros incentivos ou destinam-se a grupos demasiados restritos ou, então, não existem condições materiais e financeiras na FAP para a

Está na altura de passar o serviço. De passar às gerações mais novas o património que os Sargentos souberam granjear nestes doze anos de vida a fazer história e de mais vinte e quatro anos de vida pré-associativa.

Notícias da ANS

ELEIÇÕES PARA OS ÓRGÃOS SOCIAIS DA ANS

Os órgãos sociais que vão dirigir a ANS — Associação Nacional de Sargentos, no biénio 2002/2003, serão eleitos no próximo dia 2 de Fevereiro, aquando das comemorações do Dia Nacional do Sargento.

De acordo com o Regulamento Interno da ANS, os associados que pretendam apresentar listas concorrentes a este acto eleitoral, terão que o fazer apresentando a composição da lista, bem como os sócios proponentes da mesma, à Mesa da Assembleia Geral até ao próximo dia 10 de Janeiro.

A Mesa da Assembleia Geral apela a todos os associados para que se empenhem neste acto fundamental da nossa vida associativa, lembrando que o engrandecimento e o dinamismo de uma qualquer associação depende exclusivamente do empenho dos seus associados, e a ANS não foge a esta regra. A nossa UNIDADE é fundamental.

Por uma Associação cada vez mais forte e participativa, colabora empenhadamente na vida da ANS. •



de desatenção e quebra da vigilância, mas é vital para garantir que esta se faça com a concentração e a frescura necessárias. É preciso passar as ordens de serviço, os movimentos dos inimigos e dos adversários, as suas tácticas, quais as suas armas e o seu estado, quais as manobras previsíveis. Do nosso lado passar quem está fora e quem está na trincheira, com quem se pode contar e para quê, qual o estado das nossas armas, que capacidades e limitações temos.

Certificarmo-nos que as nossas armas foram adequadamente faxinadas e estão aptas a ser utilizadas. Não desprezar nem deixar desprezar nenhuma — arma preservada hoje, por muito rudimentar que seja, pode ser a chave da vitória amanhã. Não reagir às provocações do adversário — saber usar a contenção pode confundir o adversário quanto às nossas capacidades e possibilidades. Não responder a escaramuças com todo o nosso arsenal. Manter a unidade da guarda e a sua força física e moral.

Eis algumas das normas tomadas no render da guarda na frente de combate. As que terão de ser tomadas no render da guarda dos dirigentes mais antigos da ANS não deverão ser muito afastadas daquelas.

Ao longo destes doze anos, os dirigentes da ANS, têm sido escolhidos de entre os sócios obedecendo a alguns critérios que será importante preservar. Têm sido sempre escolhidos homens do activo — os que entretanto têm passado à situação de reserva e de reforma mantém os laços e a colaboração com a Direcção mas deixam de ter funções directivas. Outro aspecto que se tem procu-

rado respeitar e deve continuar a ser preocupação no futuro é os 1SAR constituírem a maioria dos membros dos órgãos sociais. Assim se tem garantido que o sentir da maioria dos Sargentos se reflecte adequadamente nas decisões da Direcção.

Outros dois critérios têm sido tidos em consideração. A rotatividade dos ramos pelas presidências dos três órgãos sociais e uma representação percentual dos três ramos no número dos seus membros — muito embora tal percentagem não corresponda à percentagem de associados por ramo.

São critérios que foram adoptados no início da associação, que correspondiam às necessidades e às disponibilidades do momento, mas que, hoje, volvidos doze anos e revisto que foi o artigo 31.º da LDNFA, devem merecer uma profunda reflexão.

Temos de rever os estatutos da Associação à luz do novo texto aprovado para o artigo 31.º, de modo a podermos beneficiar ao máximo das possibilidades que efectivamente abre. E temos de o fazer tendo já em consideração a perspectiva do render da guarda, na situação actual, com as capacidades e disponibilidades existentes, e não das que gostaríamos que existissem. Mas também com o grau de exigência que o associativismo hoje tem, que também soubemos impor.

São factores que se nos colocam nesta reentrada de funções, profissionais, sociais e associativas, e aos quais temos de saber dar resposta. Rever os estatutos e preparar o render da guarda. •

Render da guarda

A nossa associação perfez este ano doze anos de existência. Tal evento tem vários significados consoante os aspectos aos quais se faz o balanço. Do ponto de vista da existência pura e simples é um êxito.

Quando nascemos, nos anos conturbados da viragem da década de 80 para a de 90, muitos auguraram não mais de seis meses de vida para a nossa associação; e esforçaram-se para que tal augúrio correspondesse à realidade.

Tentaram evitar que a ANS se legalizasse. Perseguiram os seus dirigentes e delegados; utilizaram indevidamente mecanismos como o da movimentação para unidades afastadas da residência habitual e das suas guarnições, as avaliações do mérito militar, o RDM. Tentaram através da Procuradoria Geral da República ilegalizá-la. Tentaram remetê-la ao ostracismo. Em suma: tudo fizeram para que o augúrio se consumasse. E fizeram-no repetidamente ao longo dos seus doze anos de vida, com ataques contumazes. O que realça o sentido da divisa que os seus fundadores adoptaram: *"Quão difícil nos temos movido"*.

Mas, indo direito ao tema, *"O render da guarda"*, doze anos significam também que os últimos dos fundadores, os que ao longo destes doze anos têm sabido honrar e dignificar o nome do Sargento, que foram a voz e o rosto dos Sargentos de Portugal estão em vias de passarem à situação de reserva. Nos próximos seis anos deixarão de prestar serviço no activo e, com todo o direito, abandonarão as trincheiras que souberam cavar em defesa dos Sargentos de Portugal. Para que essas trincheiras não fiquem desguarnecidas terão de começar a ser rendidos já.

Está na altura de passar o serviço. De passar às gerações mais novas o património que os Sargentos souberam granjear nestes doze anos de vida a fazer história e de mais vinte e quatro anos de vida pré-associativa. Mais de trinta anos em que gerações consecutivas de Sargentos souberam conquistar, passo a passo — por vezes com passos tão pequenos que nem se dava por eles —, paciente e, com todo o direito, abandonarão as trincheiras que souberam cavar em defesa dos Sargentos de Portugal. Para que essas trincheiras não fiquem desguarnecidas terão de começar a ser rendidos já.

O render da guarda é sempre um momento delicado. É um momento

PONTO DE VISTA

TIRAR O PONTO AZERAR AGULHAS E PROSSEGUIR A LUTA!

Desde do último número do jornal até este deram-se algumas alterações. Saiu um o ministro da Defesa, Dr. Júlio Castro Caldas, e entrou o seu substituto, o Dr. Rui Pena. Foi finalmente aprovado a nova redacção do artigo 31º da LDNFA e surgiu um novo instrumento legislativo, a Lei de Associação Profissional dos Militares. Os Sargentos voltaram a sair para a rua em grande manifestação de indignação, tendo sido acompanhados pelos Praças e pelos Militarizados da Marinha.

Graças ao conjunto de acções que levámos a cabo durante o corrente ano, iniciou-se no país, finalmente, um debate sobre as Forças Armadas — lamentavelmente tal debate tem decorrido em torno da degradação dos meios e deixado de fora os problemas do pessoal, como se, se adquirissem novos meios, estes funcionassem sozinhos, como se, para rentabilizar esse esforço que se pede ao País, não fossem necessários homens motivados e confiantes que o seu estatuto social não é posto em causa e sujeito a degradações consecutivas; que a qualidade de vida das suas famílias está salvaguardada.

Quanto ao novo ministro da Defesa Nacional, importa reflectir sobre alguns comentários produzidos por altura da nomeação do novo titular da pasta.

Houve quem comentasse que o actual ministro enferma das mesmas insuficiências para a pasta que o seu antecessor: não é da área da Defesa nacional, pelo que não domina os dossiers; não é do aparelho do PS, pelo que tem pouco espaço de manobra e poder dentro do Conselho de Ministros. Segundo alguns, tem a desvantagem de ter aceite a pasta que teria sido oferecida em primeira mão ao titular da pasta do MAI, que recusou por não lhe estarem garantidos os meios.

Mas, como sempre, a ANS não faz considerações sobre pessoas mas sobre as suas políticas e acções. Ao actual ministro "O Sargento" deseja as melhores felicidades e os maiores sucessos na condução da pasta. Sobre as acções já se pode começar a reflectir.

As nossas considerações

PRIMEIRO: Consideramos positivo o facto de o Sr. Ministro ter recebido as associações e, no caso da ANS, ter transformado a audiência formal de apresentação de cumprimentos em reunião de trabalho, onde foram expostos os problemas, as suas origens e as soluções que preconizamos para os resolver. Mas já nos causa preocupação que durante esta reunião o Sr. Ministro tenha mostrado grande interesse na nossa proposta de Linha Verde, de apoio aos familiares dos militares em missões que impliquem ausência prolongada do seio familiar, e disponibilidade para a implementar de imediato, e, até ao momento, tudo permaneça na mesma, ou seja: as famílias destes camaradas continuam sem um contacto fiável onde possam recolher informações.

Tal facto leva-nos a supor que continuam dentro do Ministério as mesmas forças que têm boicotado a aplicação desta medida, apesar de ter recolhido pareceres favoráveis de todas as instâncias chamadas a pronunciar-se e unanimemente julgada de grande merecimento. Talvez hajam pessoas que confundam campos de luta e usem o seu poder para afirmar projectos em detrimentos doutros. Se for o caso, tais pessoas não merecem ocupar cargos públicos — não têm a isenção e o distanciamento necessários.

SEGUNDO: Estranhámos que o Sr. Ministro avance com reformas estruturais nas Forças Armadas e fale em reduções de pessoal sem antes se ter procedido à mais que necessária discussão pública sobre o novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) e consequentes Conceito Estratégico de Defesa Militar, Sistema de Forças e Dispositivo, e recursos humanos, financeiros e materiais adequados à sua implementação.

Reestruturar e redimensionar só faz sentido num quadro de alteração e actualização daqueles conceitos.

Convém recordar que o actual CEDN já data de 1982 e que, de lá para cá já o País ade-



...Escamotear problemas de injustiça, como a falta de equiparação dos vencimentos à GNR e os provenientes da aplicação errada do art. 19.º do DL 328/99 é esconder a cabeça na areia, é provocar ainda mais e maior indignação. É, implicitamente, assumir as graves consequências de permanecerem por resolver tais problemas...

riu à CEE, que esta já se transformou em UE, que a CRP já foi revista três vezes, que aderimos à moeda única, que terminou a Guerra Fria e o sistema bipolar das super-potências, que a correlação de forças e as ameaças se modificaram, que as alianças e tratados a que pertencemos já actualizaram os seus próprios Conceitos Estratégicos, que a OSCE sofreu alterações e provavelmente tem os dias contados, o Exército Europeu que já começa a dar os primeiros passos (e a comprometer os passos internos necessários), que o País se modificou bem como os seus interesses (a ZEE, por exemplo), etc., etc.

Por isso, para nós, só faz sentido mudar começando pelas raízes e não pela rama. Não é resistência à mudança, é querer saber para onde se muda e como se muda. Os militares deverão ser os cidadãos mais habituados à mudança. Toda a sua carreira é feita de mudança: de unidade, de posto, de serviço, de equipamentos com que lida, etc.

O que é incrível é que o Governo ao fim de quase seis anos à frente dos destinos do País ainda não tenha actualizado o

CEDN, apesar de ter sancionado a revisão do Conceito Estratégico da NATO. Não ter sequer promovido qualquer discussão sobre o assunto. O Primeiro Ministro só em entrevista televisiva, na sequência das nossas acções de luta, falou sobre o que pensa das Forças Armadas, e foi muito pouco.

TERCEIRO: Não entendemos que o discurso oficial sobre as Forças Armadas se circunscreva aos graves problemas do material. Recordamos que se hoje se fala e discute sobre as FFAA tal deve-se à luta dos militares e militarizados, com destaque para o contributo dado pelos Sargentos — a imagem da esquina da AR é elucidativa do que aqui dizemos.

Escamotear problemas de injustiça, como a falta de equiparação dos vencimentos à GNR e os provenientes da aplicação errada do art. 19º do DL 328/99 é esconder a cabeça na areia, é provocar ainda mais e maior indignação. É, implicitamente, assumir as graves consequências de permanecerem por resolver tais problemas. O ónus da responsabilidade, do decoro, da sensatez não recai só sobre os militares, mas também sobre quem os tutela e ilude os problemas em vez de os resolver. Recai sobre o Primeiro Ministro.

QUARTO: Como será possível resolver os gravíssimos problemas das FFAA, de pessoal e material, reduzindo o orçamento para 2002? Se à redução anunciada de 8 milhões de contos adicionarmos os cortes deste ano, as missões cumpridas sem que as FFAA tenham sido ressarcidas, a inflação deste ano superior à estimada, mais a inflação de 2002 então estaremos a falar de uma redução da ordem das duas dezenas de milhão. Assim não vamos lá.

Curiosamente, e como a ANS já o disse em comunicado nacional, é precisamente na Defesa, que cumpre escrupulosamente o seu orçamento, sem derrapagens, que o Governo decide fazer os maiores cortes. Premeiam-se as áreas onde os orçamentos são tidos como despesa mínima obrigatória em detrimento dos que, com sacrifício, cumprem. Vá-se lá perceber!

QUINTO: Estes problemas dá o Sr. Ministro a entender que os resolverá com as economias conseguidas na reestruturação e na redução de pessoal. Vejamos. A reestruturação das FFAA, nomeadamente o Estado-Maior-da-Defesa-Nacional e a extinção dos estados-maiores dos ramos, bem como a Saúde Militar e a Logística, são ideias interessantes se inseridas num projecto global emanado da revisão do CEDN e não como medida avulsa.

Como é público, não passa, ainda, de uma ideia em fase de estudo, não se sabendo sequer se virá a ser implementada. Mesmo que tal seja certo, ainda não está contabilizada a despesa desta alteração estrutural, não se sabendo se a curto prazo não se traduzirá num aumento da despesa.

Por fim, a redução do pessoal. A questão é a mesma: temos muito pessoal, temos pouco pessoal? Para que defesa nacional, para guarnecer e manter que meios? Mas dando como resolvidas estas questões vamos à proposta do Sr. Ministro.

A redução de pessoal será conseguida sem despedir ninguém — este termo de despedir é forte quando aplicado a cidadãos a quem são negados os direitos sindicais — far-se-á com a mobilidade horizontal. O que é isso? pergunta a maioria. Trata-se de criar a possibilidade administrativa de os militares poderem ser transferidos para outros ministérios carentes desses quadros técnicos ou de poderem ser absorvidos pelo mercado.

Vamos por partes: transferidos para onde, se os quadros da Administração Pública estão saturados? Que especialidades, classes, armas ou serviços poderão ser absorvidas? À custa de quem essa transferência iria ser conseguida e como reagirão os sindicatos da FP e esta medida se vier a ser implementada? Pretender-se-á opor funcionários públicos a militares? Tal hipótese, só por si, é muito preocupante e aconselha a uma grande cautela.

SEXTO: Em face de tantas dúvidas parece-nos que as propostas avançadas na área da Defesa Nacional não vêm resolver os problemas das FFAA e muito menos o problema de fundo: Que Defesa Nacional o País precisa e que meios está disposto a disponibilizar para o efeito?

E assim sendo só nos resta a hipótese de sempre: lutar, lutar e lutar sempre! ●

ATENÇÃO SÓCIOS DA ANS

Escapes para automóveis

Protocolo entre a ANS e a SIFECA, Peças e Acessórios para Automóveis, Lda., para a venda de escapes para automóveis nas seguintes condições: Todas as vendas serão na modalidade de venda a dinheiro, com o desconto de 30%.

Esta empresa, fornecedora, entre outros, dos escapes FONOS/WALKER, tem estabelecimentos em:

- **Entroncamento**, Zona Industrial — Telef. 249 720 059
- **Lagoa** (Algarve) Rua Mouzinho de Albuquerque, 3
- **Vila Nova de Gaia**, Rua Cons. Veloso da Cruz, 81. ●

Caravanas

Protocolo com o Stand Monte Carlo, da Motril, Lda, para a venda de caravanas e autocaravanas, acessórios e material de reposição. Descontos a sócios da ANS de 4% em caravanas; 3% em autocaravanas; 10% em material de reposição; 10% em acessórios. Facilidades de pagamento até 60 meses. OBS.: Os descontos só são válidos fora de "Campanhas", "Promoções" ou "Feiras".

Sede e vendas: Rua Sacadura Cabral, 131 S. Pedro do Estoril - Tel: 214 671 765. ■ Exposição e vendas: Estrada Estoril/Sintra (junto ao Autódromo). ●

Pneus, peças e acessórios

Protocolo da ANS com as seguintes empresas:

■ **Recauchutagem Torrejana**, com descontos de 25% a 35% da tabela de revenda. Pagamento no acto de compra. Localização: Bairro do Nicho - Torres Novas Tel. 249 822 515 / 249 822 161.

■ **GraciAuto**, para a venda de peças e acessórios para automóveis, nas seguintes condições: vendas a dinheiro, com desconto de 30%, excepto extras e material de origem.

Localização: **Entroncamento** - Rua D. Nuno Álvares Pereira e Luís Falcão de Sommer, 30 A - Tel: 249 725 649.

* **NOTA:** Foi suspenso o protocolo com a HiperPneus. ●

Combustíveis CEPSA

Protocolo com a CEPSA Portuguesa, Petróleos S.A., para os sócios da ANS e seus familiares directos. O montante de 6\$00 por litro de qualquer combustível é descontado directamente no acto do pagamento mediante a apresentação do cartão "Cepsa Team". Aos titulares deste cartão assiste também o desconto de 20% em lubrificantes, para além da acumulação de pontos para obtenção de prémios constantes no Catálogo CEPSA.

Pede aos Delegados da ANS a circular explicativa das condições de adesão. A "Proposta de Adesão" tem de ser preenchida para a obtenção do cartão da Cepsa, a qual posteriormente é autenticada pela ANS. Só a ANS pode enviar as propostas à CEPSA para emissão do respectivo cartão.

Os sócios, em especial os que se encontram na situação de reforma ou na reserva, que não receberam a Proposta de Adesão, podem solicitá-la ao Delegado da ANS na unidade, ou directamente à secretaria da ANS, em Lisboa. ●

Medicina dentária

Protocolos com:

■ **Lubidente - Centro Médico e Dentário**, com descontos de 15% nos tratamentos de Estomatologia, Próteses dentárias e Ortodôncia.

Localização: Rua Prof. Noronha Feio, 12 A Queijas Tel. 214 183 041

■ **Clínica Dentária dr.ª Rosário Saramago**, com descontos de 15% nos tratamentos, a sócios e familiares.

Localização: Rua Proj. à Miguel Bombarda, 5 - loja 3 (junto ao Centro de Saúde) **Entroncamento** Tel. 249 725 767 ●

Aluguer de viaturas

Na **National** (rent-a-car) desconto no aluguer de viaturas. As reservas são efectuadas pela ANS. Os associados para usufruírem deste protocolo devem contactar a secretaria da ANS para efectuarem o seu pedido.

Localização: Albufeira, Portimão, Faro, Monte Gordo, Lagos, Vilamoura, Porto, Lisboa, Cascais, Leiria, Castelo Branco, Braga, Évora, Ílhavo, Madeira e nos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro e Funchal. ●

OBS.: Em todos os protocolos é obrigatória a apresentação do cartão de sócio da ANS junto das empresas.

→ Para obteres mais informação sobre estes protocolos informa-te junto da ANS. ●

Sargentos de Elvas preocupados

Têm chegado à ANS ecos da preocupação existente entre os Sargentos e os militares em geral, colocados no Regimento de Infantaria N.º 8, em Elvas.

Alguns militares têm sido abordados pela população, questionando-os acerca do eventual encerramento daquela unidade militar, tendo sido, inclusive, publicado um artigo na imprensa sobre essa matéria. A preocupação é tanto maior uma vez que, por parte da instituição militar, não tem havido

qualquer informação nessa matéria, temendo-se que por este motivo, se o encerramento se vier a concretizar, seja feito de uma forma súbita e sem o aviso atempado necessário a que a transferência dos militares ali colocados e suas famílias, se faça com calma e sem grandes sobressaltos.

A preocupação é extensiva à própria população uma vez que o RI8 é uma unidade militar com tradições, muito querida pelos elvenses e perfeitamente integrada na co-

munidade local, transmitindo à população uma sensação de segurança e participando na qualificação dos jovens da região, uma vez que são ali ministrados vários cursos de formação profissional que constituem um forte contributo para o desenvolvimento da região.

Seria bom que as eventuais decisões a serem tomadas, não tomassem apenas em conta factores económicos e que o processo fosse claro, transparente e participado.

Ficamos a aguardar... ●

HST nas Forças Armadas

A Higiene e Segurança no Trabalho (HST) tem sido um tema ao qual a ANS tem dado, e irá continuar a dar, uma especial atenção, isto porque é uma matéria que nos afecta a todos nós e que, embora por vezes não lhe seja dada a devida importância, é determinante para o nosso bem estar e para um desempenho correcto das nossas funções.

O facto de a vasta legislação nacional e comunitária sobre HST não se aplicar directamente às FFAA (embora sem prejuízo da tomada de medidas alternativas necessárias à salvaguarda dos cidadãos que nelas prestam serviço) é provavelmente uma das justificações para a lentidão, e até recuos, que tem tido a implementação de serviços de HST nas FFAA, e assim, neste campo, como em tantos outros, as FFAA estão a "perder o comboio" do desenvolvimento que se tem vindo a verificar na sociedade civil.

É necessário e urgente que se implementem medidas que tornem os locais de trabalho mais seguros, beneficiando as pessoas e, por sua vez, a própria organização. Está mais que provado que os gastos com a segurança não são uma despesa mas sim um investimento rentável e os benefícios facilmente identificáveis: Redução dos riscos de acidentes e de doenças profissionais, assim como, de prejuízos devidos a acidentes e das eventuais indemnizações que daí possam decorrer; melhoria da imagem e da credibilidade da organização.

E, se pode parecer estranho estar a falar de rentabilidade em termos de FFAA, na verdade muitas das unidades e estabelecimentos militares mais não são do que verdadeiras instalações industriais ou de serviços, nas quais são perfeitamente aplicáveis, com uma ou outra adaptação, as técnicas de gestão de empresas civis e é nesse sentido que as FFAA deveriam fazer um esforço efectivo para a aplicação das normas existentes no campo da Segurança, Qualidade e Ambiente.

Coloca-se então a questão: Como fazer isso sem pessoal habilitado? Efectivamente, estas áreas do conhecimento exigem, cada vez mais, pessoal com formação específica, pelo que é evidente que as FFAA devem, tanto quanto antes, providenciar para que nos seus quadros existam, em número suficiente e com os meios adequados, Engenheiros da Qualidade, Engenheiros do Ambiente, Técnicos Superiores de Segurança e Médicos e Enfermeiros especializados em Medicina do Trabalho,

por forma a dar consistência e credibilidade à estrutura que se venha a implementar.

De igual modo, deve ser providenciada aos militares a formação de base necessária, através da inclusão de cadeiras específicas nos cursos de formação ministrados nos vários estabelecimentos de ensino militares e nos cursos de especialização ministrados nas unidades, o que nalguns casos já se verifica.

É também de importância vital a aplicação de um conjunto de princípios chave por parte dos Comandos e gestores responsáveis pela implementação do sistema e que se podem enumerar da seguinte forma:

- 1) Reconhecer que a gestão da Higiene e Segurança no Trabalho está entre as prioridades da organização;
- 2) Estabelecer e manter a comunicação com as partes interessadas, internas e externas;
- 3) Determinar os requisitos legais e os riscos associados às actividades, produtos e serviços da organização;
- 4) Encorajar o planeamento em termos de segurança;
- 5) Estabelecer uma metodologia para obter níveis de desempenho determinados;
- 6) Avaliar o desempenho da política de HST da organização e dos seus objectivos e procurar melhorá-lo;
- 7) Fornecer os recursos adequados e suficientes, incluindo a formação, para atingir níveis de desempenho determinados, numa evolução contínua;
- 8) Encorajar os fornecedores a estabelecer um sistema de gestão de HST;
- 9) Estabelecer um processo para auditar e rever o sistema de gestão de HST e para identificar oportunidades de melhoria do sistema e do desempenho.

Por último, é de salientar que é possível que, num futuro próximo, todo o enquadramento legislativo em termos de HST e doenças profissionais se venha a alterar para os militares, pois existem neste momento diligências a nível da EUROMIL e do Parlamento Europeu para que se passe a aplicar directamente aos militares e forças de segurança a legislação de HST, com as necessárias adaptações, e que em termos de acidentes de trabalho e doenças profissionais passe a ser o empregador a ter que fazer a prova de que determinada doença não advém do exercício das funções e não o contrário como acontece no quadro actual.

Seria bom que todos reflectíssemos sobre estas matérias. Principalmente, quem de direito... ●

Estudos superiores para sócios da ANS

O Instituto Português de Estudos Superiores (IPES), instituto politécnico autónomo, que professa diversos cursos de bacharelato, licenciatura, pós graduação e livres, está apto para auxiliar os sócios da ANS que pretendam afectar estudos superiores.

O IPES encontra-se especialmente vocacionado para servir os trabalhadores que desejem completar estudos superiores, conciliando-os com as suas actividades profissionais.

O ensino é personalizado, com horários flexíveis e ajustados às necessidades e possibilidades dos trabalhadores. A assistência às aulas não é obrigatória e existe grande facilidade no conhecimento dos conteúdos das disciplinas, os quais podem ser enviados via Internet, correio, etc.

Poderão ser concedidas equivalências às disciplinas práticas, de acordo

com a experiência profissional dos candidatos.

As propinas são das mais baratas do mercado e susceptíveis de financiamento bancário em excelentes condições. Além disso, consoante o número de interessados, poderão ser concedidos significativos descontos

nas taxas de matrícula e de inscrição.

O IPES funciona no Palácio de S. Cristóvão, Largo de S. Sebastião, n.º 8, Paço do Lumiar, 1600-766 Lisboa.

Os interessados devem contactar o IPES através do secretariado, telef.: 217520350 / fax.: 217595722 email: ipes@mail.telepac.pt. ●

Instrumentos musicais

Um novo protocolo foi estabelecido pela ANS para benefício dos seus sócios. Trata-se de descontos nos preços na compra de instrumentos musicais de uma vasta gama de marcas.

O protocolo foi estabelecido com a firma "O Acorde, Lda.", na Rua do Fragoso, 4, em Évora, que pratica um desconto de 15%+5% nas vendas a

pronto a sócios da ANS. Um dos aspectos interessantes é o facto desta firma ter uma loja virtual na internet:

www.portugal@shopping.pt/acorde onde os artigos expostos têm um já um desconto de 15%. Nesses artigos os sócios da ANS têm mais 5% de desconto. Informa-te junto da ANS. ●

Alterado Art. 31.º

UM PASSO EM FRENTE

Um dia histórico na luta dos Sargentos dos outros militares e dos militarizados pelo direito ao associativismo sócio-profissional.

Foi votada, no dia 17 de Julho, a nova redacção do artigo 31.º da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA). Ao fim de 19 anos de luta o artigo 31 da LDNFA foi finalmente revisto. Importa reflectir sobre alguns aspectos positivos e negativos desta revisão.

É de realçar o facto de dois dos partidos com assento parlamentar, o PSD e o PP, que ainda há cerca de um ano eram contrários a qualquer revisão deste artigo e para os quais a questão associativa constituía quase um tabu, terem modificado a sua posição, para o que muito contribuiu decerto a prática responsável das associações.

Dado que a matéria de direitos, liberdades e garantias exige maiorias qualificadas de dois terços dos deputados, foi assim possível consagrar na lei o associativismo militar de carácter sócio-profissional, o que constitui um importante marco digno de ser assinalado.

Sem dúvida que nalguns aspectos poderemos considerar que houve avanços, embora os motivos de preocupação e de perturbação no interior da Instituição Militar permaneçam.

Há alguns direitos que sofreram um retrocesso na medida em que a redacção aprovada é mais vaga e ambígua do que a que estava em vigor.

No direito ao associativismo, embora venha consignado o direito ao associati-

vismo sócio-profissional, vem uma inovação relativamente ao articulado que estava em vigor (ainda está, até este ser promulgado): agora também as associações ficam com as restrições aplicadas aos militares. Esta medida pode vir a revelar-se a mais perigosa de todas.

No balanço do deve e haver podemos dizer, numa primeira leitura, que os avanços compensam os recuos: ficámos num novo enquadramento legal que temos de ver como todos os parceiros se vão enquadrar nele.

As associações de militares, embora tendo sido consultadas numa fase intermédia do processo, lamentam o facto de terem sido excluídas do final do mesmo e não terem podido contribuir para a redacção do texto com a sua experiência associativa e militar.

Pese embora o marco histórico que constitui o reconhecimento do associativismo militar na vertente sócio-profissional, alguns aspectos da revisão ficaram aquém da prática associativa actual.

Lamenta-se, ainda, que a revisão tivesse conhecido maior celeridade devido a uma questão marginal, o impropriamente chamado problema dos Pilotos da FAP, e não pela excessiva restrição dos direitos de cidadania aos cidadãos militares.

Chama-se a atenção de todos os que apostaram em resolver o problema da sangria de pilotos e de outros quadros (o que é quase sempre omitido) por esta



via, que o mesmo se irá manter, e provavelmente agravar. Porque na sua origem estão a degradação das carreiras e das funções dos militares, que, conjuntamente com a carência e o envelhecimento dos meios, bem como a insuficiência de verbas para as despesas de funcionamento provocam elevados índices de desmotivação e o desejo de abandonar as fileiras. A raiz do problema mantém-se inalterada, infelizmente!

Motivo de preocupação são algumas disposições que remetem para a possibilidade de o ónus das situações decorrentes da não resolução dos problemas continuar a poder ser imputado aos chefes militares que, como se sabe, não possuem meios para os resolver.

Preocupação ainda pelo facto de muitos artigos terem uma redacção vaga e ambígua, que se presta a prolongar a possibilidade de dirigentes associativos correrem eventualmente riscos por assumirem as suas responsabilidades. Estes são factos que têm constituído factores de perturbação no quotidiano das unidades militares e que provavelmente não serão completamente irradiados por as soluções das associações não terem sido tidas em consideração.

Contrariando as propostas de Sua Ex.a o Senhor Presidente da República, pelo facto de as associações terem sido afastadas da parte final do processo de

revisão, esta constitui um consenso alargado, nacional e duradouro, mas um mero consenso aritmético, resultante da soma dos votos dos deputados que a subscreverem.

A estas preocupações soma-se a ausência de respostas por parte do Primeiro Ministro para os problemas repetidamente colocados, relativamente ao congestionamento das carreiras, às discriminações nos vencimentos no contexto da Administração Pública (de que são exemplo a falta de equidade relativamente ao Sistema Retributivo dos militares da GNR e o desfasamento verificado comparativamente aos das categorias profissionais de referência), e a ausência de um debate público e nacional em torno da Justiça Militar que permita dotar a Instituição Militar com um conjunto de instrumentos jurídicos e regulamentadores modernos e eficazes, em concordância com a actual Constituição da República Portuguesa.

Os direitos de cidadania, como podem verificar pelos textos aprovados, continuam a necessitar de luta e de serem exercitados para, definitivamente, os conquistarmos.

UMA CERTEZA: Sem luta nada conseguimos, sem luta nada conseguiremos!

Os Sargentos de Portugal saberão continuar a ousar a vencer!!! ●

Plano ANS de Seguros

A ANS celebrou com diversas seguradoras, através da Decla, um corredor especializado em seguros individuais e familiares, um protocolo de prestações de serviços, englobando um conjunto de produtos do ramo segurador, a **preços significativamente baixos e exclusivamente** para Sargentos sócios desta Associação.

Eis alguns exemplos da gama de produtos disponíveis:

- ✓ **AUTOMÓVEL** (incluindo Assistência em Viagem e Protecção Jurídica)
Preços a partir de 26.689\$00/viatura
- ✓ **MUTI-RISCOS/HABITAÇÃO** (vários riscos numa só apólice)
Preços a partir de 704\$00 por cada 1.000 contos
- ✓ **ACIDENTES DE TRABALHO** (empregada doméstica — trabalho à hora)
- ✓ **SEGURO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS** (doença/acidente)
Intervenção Cirúrgica; Tratamentos; Medicamentos, etc;
Desconto superior a 50%
- ✓ **VIDA** (exclusivo para sócios da ANS, **incluindo missões no estrangeiro**)
Pagamento do capital garantido em caso de falecimento da pessoa segura, ao beneficiário designado, e no caso de pré-morte deste, ao cônjuge da pessoa segura não divorciado nem separado judicialmente

CONTACTA:

Sede da ANS: ☎ 21 815 49 66 (todas as 4^{as} fs., das 14H00 às 18H00);
Fax: 21 815 49 58 (todos os dias).

Paga menos pelos teus seguros, aderindo ao Plano da ANS

Para mais informações, recortar e enviar para a ANS, Rua Barão de Sabrosa, 57 - 2º 1900-088 Lisboa

Nome: _____ Nº sócio _____ (caso já seja)

Morada: _____

Telefone p/contacto: _____

✓ ou, consultar os Delegados da ANS ou a sua sede, pelo telefone 218 154 966 ou fax 218 154 958

Orçamento do Estado 2002

No momento em que sai este "O Sargento" estará a ser presente à Assembleia da República o O.E. para 2002.

Para muitos, a discussão é saber se tal O.E. passa ou não passa — e é óbvio que isso é importante —, com quem passa (queijo flamengo, da ilha,...), etc. Para nós, antes de mais, o que nos importa é saber se ele responde ou não aos problemas concretos que há muito vimos colocando. Problemas salariais. Problemas no incentivo aos jovens, para mais quando pretendem diminuir o número de incorporações de SEN's. Problemas no que concerne às injustiças relativas de há muito existentes entre militares no que respeita à remuneração/escala indiciária. Problemas de carreira cuja resolução passa também por suportes financeiros capazes de lhes dar resposta, etc.

Ao elencarmos tudo isto — e isto não é tudo — não temos a pretensão de que tudo seja resolvido de uma penada. Somos responsáveis. Somos realistas. Te-

mo-lo provado nas palavras e nos actos. Por isto mesmo, não vamos dizer que o O.E. 2002 não vai ser bom. Não conhecemos o O.E. na altura em que este jornal foi feito. Mas podemos dizer que estamos preocupados. Preocupações que resultam das medidas anunciadas antes de férias — as 50 Medidas — e que, a terem expressão orçamental, significarão cortes, incluindo nos aumentos para 2002. Isto é, não só não revalorizaremos como perderemos.

E mais nos preocupa tudo isto quando aquilo que vamos lendo é preocupações de alguns quanto à estratégia e, sobre as questões de pessoal, nem uma palavra. Agora até há quem ligue os acontecimentos nos EUA às necessidades de reestruturação que estão identificadas há 20 anos. A sede de protagonismo tem destas coisas.

Quanto a nós cá estamos com a estratégia de sempre: Honrar e dignificar a classe. Honrar e dignificar a Instituição. ●